



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – PL Nº 2.614/2024

EMENDA Nº ____ / 2025

*Emenda Modificativa ao PNE, referente ao
objetivo 2 do Anexo do Projeto de Lei.*

Art. 1º Dê-se a Estratégia 2.1 do Anexo do Projeto de Lei a seguinte redação:

“Objetivo 2.....
Estratégia 2.1 Revisar e implementar, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, padrões nacionais de qualidade da educação infantil, abrangidos a infraestrutura, a alimentação, o transporte escolar e as condições de gestão, em especial o planejamento e a gestão pedagógica, os recursos pedagógicos, os profissionais da educação e o número de crianças por sala, de forma a respeitar o desenho universal de acessibilidade, as diversidades territoriais e as especificidades da etapa e das modalidades de ensino, **bem como capacitação profissional preparatória visando acolhimento ideal e o trabalho de inclusão, das deficiências, dos transtornos específicos da aprendizagem, transtornos de déficit de atenção e hiperatividade e outros transtornos do neurodesenvolvimento, suas comorbidades e coocorrências no âmbito cognitivolinguístico, emocional e comportamental.**” (NR)

JUSTIFICATIVA

A presente emenda propõe a alteração do texto original, que trata da revisão e implementação de padrões nacionais de qualidade para a educação infantil, em uma estratégia mais detalhada e inclusiva, inserida dentro de um objetivo estruturado.



Apresentação: 20/05/2025 11:56:40.730 - PL2614/24
EMC 2181/2025 PL2614/24 => PL 2614/2024
EMC n.2181/2025





O texto original já contempla elementos essenciais para a qualidade da educação infantil, contudo, a emenda propõe a inclusão explícita da capacitação profissional preparatória para o acolhimento ideal e o trabalho de inclusão de crianças com deficiências, transtornos específicos da aprendizagem, transtornos de déficit de atenção e hiperatividade, além de outros transtornos do neurodesenvolvimento e suas comorbidades no âmbito cognitivo-linguístico, emocional e comportamental.

Essa ampliação é fundamental por diversas razões. Primeiramente, a educação infantil é a base para o desenvolvimento integral da criança, e a inclusão de crianças com necessidades especiais exige preparo técnico e sensibilidade dos profissionais envolvidos. A capacitação específica garante que educadores estejam aptos a identificar, compreender e atender às particularidades dessas crianças, promovendo um ambiente escolar acolhedor e estimulante para todos.

Além disso, a inclusão desses transtornos e condições neurodesenvolvimentais no texto da política pública reconhece a complexidade e a diversidade das necessidades educacionais especiais, que vão além das deficiências físicas ou sensoriais tradicionais. Isso reflete um avanço no entendimento da educação inclusiva, alinhando-se às melhores práticas internacionais e às recomendações de organismos especializados.

A organização do texto em um objetivo e estratégia claros facilita o planejamento, a execução e o monitoramento das ações, conferindo maior transparência e efetividade à política pública. A emenda, portanto, justifica-se pela necessidade de fortalecer a qualidade da educação infantil com um enfoque inclusivo e capacitação profissional adequada, garantindo que todas as crianças, independentemente de suas condições, tenham acesso a uma educação de excelência, respeitosa e promotora do desenvolvimento integral.

Sala da Comissão, ____ de _____ de 2025

Diego Garcia
Deputado Federal

